



**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

**Seminário 6: Cultura e Sociedade
A Fração Bloomsbury | Raymond Williams**

Trabalho apresentado à disciplina
AUH 5867 | História da Arquitetura e
da Cidade: Teoria e Método

Gustavo Soares Pires de Campos
João Gabriel Farias Barbosa de Araújo

São Paulo
2020

1. Apresentação do autor

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, com a vitória das Forças Aliadas, a Europa como um todo vivia um período de reconstrução, tanto física como nas entranhas de suas estruturas sociais. A Inglaterra, na posição de uma das nações a ter participação decisiva na elaboração da estratégia militar que resultou na tomada de Berlim em 1944 e o encerramento definitivo da guerra em 1945 – sofrendo inclusive com danos em graus variados em diversas de suas cidades que foram campo de batalha e alvo de bombardeio das forças do Eixo –, passava por uma reestruturação em nível profundo¹. Exigências por um sistema de saúde público, gratuito e de qualidade surgiam, bem como demandas por garantias trabalhistas e educação. Em uma expressão: mecanismos de seguridade social.

Tais transformações nascem das demandas populacionais canalizadas através de sindicatos e uniões trabalhistas, bem como da disseminação de ideais de caráter – para usar um termo generalizante – progressista. É justamente nesse período do segundo pós-guerra que se formam – em termos universitários ou de consolidação de um corpo de pensamento marxista, frequentemente ligado às organizações partidárias de esquerda, fossem elas trabalhistas ou propriamente comunistas – um número considerável de intelectuais britânicos que anos mais tarde formariam a primeira geração daquilo que ficaria conhecido como *New Left*.

A Segunda Guerra Mundial marcou profundamente a primeira geração da *New Left*, e a relação que os membros deste primeiro grupo estabeleceram com o Partido Comunista Britânico pode ser melhor compreendida quando se considera a vivência deste conflito. O papel desempenhado pelo Partido Comunista Britânico foi, por muito tempo, central na vida dos intelectuais que, como [Eric] Hobsbawm e [Edward Palmer] Thompson, participaram ativamente da guerra (DELAQUA, 2009, p. 229).

¹ Um exame dessa reforma e subsequente constituição dos aparatos sociais a integrar o período conhecido como “os trinta gloriosos” pode ser encontrado no documentário “O Espírito de 45”, de Ken Loach.

Segundo Stuart Hall (2014) – sociólogo e participante e devedor do pensamento gestado no referido grupo de intelectuais – a *New Left* surge, enquanto unidade mais ou menos homogênea dotada de princípios intelectuais comuns, em 1956, quando da repressão soviética à Revolução Húngara. Se num primeiro momento os intelectuais que iriam compor parte de destaque da futura *New Left* foram adeptos do Partido Comunista Britânico, ainda sob a chancela do stalinismo soviético, após a repressão dos tanques soviéticos à Budapeste uma mudança se opera nestes intelectuais, que acabam se aglutinando ao redor de uma rejeição deste tipo de política de viés autoritário, bem como ao repúdio da intervenção franco-britânica ao Canal de Suez, a qual revelava remanescentes raízes neocoloniais imperialistas dentro de um contexto onde isso era amplamente considerado superado. Estes eventos teriam posto um fim a certa inocência no seio do socialismo britânico.

A *New Left* veio à existência no rescaldo desses dois eventos. Ela tentou definir um terceiro espaço político em algum lugar entre essas duas metáforas históricas – “Hungria” e “Suez”. Sua ascensão significou para os adeptos da esquerda da minha geração o final dos silêncios impostos e dos impasses políticos da Guerra Fria, bem como a possibilidade de um avanço em direção a um novo projeto socialista (HALL, 2014, p. 214-215).

Paulatinamente se afastando da ortodoxia que tendia a reger o marxismo pautado pela ideologia soviética – considerada pelos “integrantes” da *New Left* como já desvirtuada daqueles princípios que teriam norteado a Revolução Russa em seus primeiros anos – pensadores, britânicos ou não, como Herbert Marcuse, Ernst Bloch, Erich Fromm e os já citados Eric Hobsbawm e E. P. Thompson passaram a construir uma visão renovada de seus respectivos ofícios, ainda que sempre dentro da perspectiva de um marxismo renovado em relação àquele dos manuais soviéticos. É o próprio Hobsbawm que identificará este período como um tempo de crise da teoria marxista (HOBBSAWM, 2011), porém, muito mais no sentido de uma ruptura com a teoria que então era considerada como ultrapassada durante o período de desestalinização do que com um ostracismo do corpo teórico fundado por Karl Marx e Friedrich Engels. A luta de classes, como na frase de abertura do Manifesto Comunista, continuava a ser considerada a história de todas as sociedades até hoje existentes,

mas, para pensadores como Thompson, classe deixava de ser uma categoria e passava a ser pensada como fenômeno histórico demonstrado nas relações humanas (THOMPSON, 1987).

Um traço comum aos principais pensadores da *New Left* britânica, portanto, é a necessidade de afirmar a impossibilidade do descolamento dos instrumentos de análise do mundo material, levando-os assim, em maior ou menor grau, a considerar as relações dialéticas em seu interior; as relações dialéticas entre base e superestrutura, esta última não mais mero *locus* secundário da ideologia; consideram o lugar da cultura no estabelecimento e estruturação da dominação de classe na sociedade contemporânea ocidental, considerando agora a superestrutura já não unidirecionalmente dependente das determinações da base.

É justamente neste contexto e na manipulação hábil e apurada dos conceitos marxistas que se destaca a figura de Raymond Williams, um crítico cultural – frequentemente tomando como área de preferência a abordagem à literatura – dos mais destacados a partir dos anos 1950, sendo considerado por Hobsbawm como um dos autores a se tornarem verdadeiros “astros no firmamento da nova esquerda” em meados do século XX.

Nós [aqueles que participavam do grupo conhecido como New Left, especialmente sua primeira geração] buscávamos uma transformação mais radical e estrutural da sociedade: em parte porque estávamos comprometidos com muitas das perspectivas fundamentais do programa socialista clássico; em parte porque víamos, no capitalismo moderno, uma maior concentração do poder social e podíamos traçar o impacto da “mercantilização” em regiões mais afastadas das áreas de exploração do trabalho assalariado; mas, acima de tudo, por conta da crítica mais ampla “à civilização e à cultura capitalistas”. Ninguém expressou o caráter constitutivo e fundamental desse argumento feito pela e na New Left mais profundamente do que Raymond Williams (HALL, 2014, p. 226).

Raymond Williams nasceu em uma aldeia aos pés das Black Mountains britânicas, na divisa entre Inglaterra e País de Gales, porém sendo considerado oficialmente como galês de nascimento. Seu pai, um antigo trabalhador rural assalariado, era sinaleiro na cabine do vale da região, estrutura que fazia parte de uma rede que se estendia a cidades como Newport,

Hereford e a capital Londres (WILLIAMS, 2011). Tendo uma adolescência comum, ainda que sob a constante sombra do crescimento do nazismo e a explosão da Guerra Civil Espanhola, Williams estudou no King Henry VIII Grammar School, na pequena cidade de Abergavenny, próxima à fronteira com a Inglaterra, onde assim conclui a educação básica. Inicia seus estudos superiores em Cambridge, em outubro de 1939, após a concessão de uma bolsa de estudos estatal que lhe é outorgada aos dezesseis anos, quando da obtenção do que o autor chamará de “*Higher School Certificate*” (WILLIAMS, 1977, p. 3). Williams, entretanto, é obrigado a interromper seus estudos por conta do serviço militar em tempo de guerra, tendo se alistado no exército britânico em 1940 e, ao fim da guerra, concluído a graduação em Inglês no ano de 1946. Após receber o diploma, Williams passa a trabalhar com educação de adultos na Universidade de Oxford, concebendo um programa de ensino ao qual deu o nome de “Cultura e Sociedade” (PAIXÃO, 2018), expressão que viria a servir como título de seu primeiro livro de destaque em 1958, ano em que, meses antes, publicara seu primeiro ensaio relevante, “*Culture is Ordinary*”, no qual apresentava três elementos que definiriam mais tarde grande parte de sua obra: “[...] uma reformulação teórica; a correspondente reavaliação da tradição que esta reformulação obriga; e a constituição de um novo campo, uma ação decorrente dessa avaliação” (CEVASCO, 2001, p. 43). Raymond Williams ainda é convidado para retornar à Cambridge, em 1961, na qualidade de “*First Reader*”², mas destaca que não se candidatou para ou buscou conquistar nenhuma das vagas que ocupou em Cambridge (WILLIAMS, 1977).

Durante os quinze anos seguintes, Williams produz obras de muita importância para o campo dos estudos culturais, como *The Long Revolution* (1961), *Communications* (1962) e *The Country and the City* (1973). Nesta última, destaca o movimento pendular que ele e sua família constantemente faziam entre campo e cidade, tanto por conta dos trabalhos do pai como das moradias dispersas de seus parentes. Williams descreve como a apreciação dos olmos e carvalhos campestres contrastava e completava a paisagem (e a experiência) de sua infância quando “víamos o brilho dos altos-fornos da região industrial do sul de Gales, do outro lado da serra negra de Brynawr” (WILLIAMS, 2011, p. 16). Ao longo de toda a obra, ainda que utilizando uma selecionada amostra da literatura inglesa, o autor opera a crítica cultural marxista na análise que se propõe a fazer entre campo e cidade com maestria,

² Acadêmico sênior com reputação internacional distinta, com pesquisa ou bolsa de estudos.

valendo-se de refinada dialética e rejeitando as proposições unidirecionais e deterministas que por vezes o marxismo de caráter mais ortodoxo impunha, principalmente em suas considerações sobre a cultura. É esta dialética apurada que Williams irá aplicar com rigor ao estudar a fração Bloomsbury – tema central do texto que a seguir analisaremos – ao não entender a base como elemento predeterminante da superestrutura, mas sim como capaz também de agir sobre a estrutura, como veremos mais à frente.

Nos quinze anos que se seguem à publicação de *The Country and the City* até a sua morte, em 1988, Williams publicará obras de mais alta importância, dando continuidade aos estudos culturais dentro da perspectiva marxista, se destacando entre eles “*Television, Technology and Cultural Form*” (1975), “*Marxism and Literature*” (1977) e “*Towards 2000*” (1983). Todas elas devedoras, em diferentes graus de aplicação e maturidade, dos três movimentos apontados por Cevasco no ensaio de 1958. Seu falecimento, em 1988, foi lamentado como uma grande perda aos estudos culturais e Williams homenageado como um dos grandes pensadores do século XX por intelectuais do porte de Hobsbawm e Terry Eagleton.

O marxismo cultural de Raymond Williams

Ao relatar sua vivência em uma das mais prestigiadas universidades da Europa em *The Country and the City*, Williams destaca que, para além dos estudos profundos que passa a empreender no campo literário, Cambridge era mais do que um banco escolar, mais do que a simples relação hierárquica entre professores e alunos.

Cambridge, porém, não era apenas isso. Ambivalência, decerto: uma universidade de estudiosos e professores, mas também de instrutores particulares e burocratas do ensino, preparando-se para ocupar cargos mais elevados; um mundo de homens que ampliavam o conhecimento humano e iluminavam a natureza e as vidas dos outros; um mundo de outros homens **reunidos por solidariedade de classe, repetindo seus paradigmas legitimadores dentro dos muros da universidade**, numa atitude ociosa e arrogante de observação e consumo (WILLIAMS, 2011, p. 19, grifo nosso).

É na própria universidade de Cambridge, *locus* de sua formação universitária, que o jovem Williams constata – e consolida posteriormente em pensamento e obras amadurecidas – a formação de grupos sociais com elementos particulares, caracterizados não apenas por amizade ou algum interesse comum abstrato regido pela coincidência, mas sim um encontro nada fortuito, proporcionado por condições econômicas, sociais e culturais vinculadas à classe daqueles e daquelas que frequentaram a prestigiosa universidade. Se a grande maioria ali se reunia e demonstrava seus interesses em comum, é porque tais interesses foram moldados por uma visão de mundo condicionada pela classe social da qual procedem; a mesma classe social que se legitima enquanto tal não apenas economicamente – ainda que a materialidade nunca seja perdida de vista – mas também culturalmente sobre as demais camadas da população. Se Williams faz tal relato de Cambridge em 1973, ele lerá o Bloomsbury, cinco anos mais tarde, sob a mesma luz.

Tal percepção e manejo das ferramentas e do próprio método de análise marxista longe da manualização, que vertentes ortodoxas frequentemente imputavam, faz de Raymond Williams um pioneiro nos estudos culturais, na abordagem de um campo de estudos que ainda carecia de literatura aprofundada de tal estirpe, mesmo que teóricos do porte de um Lukács e de um Gramsci tenham, antes de Williams – inclusive influenciando-o – procurado estabelecer conceitos e análises das quais o autor inglês irá se valer, verdadeiramente abrindo um novo campo de estudos.

O momento fundante dos estudos de cultura [no âmbito do pensamento marxista], embora com inflexões distintas, é localizado, por quase todos os estudiosos, na obra de Williams (CEVASCO, 2001, p. 20).

Em sintética exposição da produção intelectual de Williams, André Glaser dirá:

[...] a preocupação crítica em atualizar um sistema de pensamento verificando sua validade presente ou não, e dando-lhe nova forma de acordo com as transformações pelas quais passa a sociedade de onde tira sua substância lógica, faz dessa contínua atualização sua necessidade. Raymond Williams, ao desenvolver o que chamou de materialismo cultural, percorreu este caminho, tão difícil na teoria quanto controverso na prática, pois exige uma reformulação de conceitos muitas vezes bastante valorizados, colocando em dúvida posições largamente difundidas e gerando dificuldades de ordem tanto acadêmica quanto política (GLASER, 2008, p. 9).

Parte da base teórica que faz de Williams um precursor nos estudos culturais marxistas está presente em um de seus mais importantes ensaios, “Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista”. Publicado pela primeira vez na edição de novembro/dezembro de 1973 da prestigiosa *New Left Review*, Raymond Williams se dedica a desmistificar o binômio simples e unidirecional entre uma base determinante e uma superestrutura determinada. Sem negar que a existência material e social determina a consciência do indivíduo numa sociedade capitalista, o autor não deixa de enfatizar a necessidade de considerar base e superestrutura como elementos necessariamente dialógicos e dialéticos entre si. Compreendendo a base não como um estado, mas sim como um processo (WILLIAMS, 1973), Williams não deixa de considerar o “tosco” esquema base-superestrutura como útil – inclusive considerando-o essencial – mas observando a necessidade de reconsiderá-lo através de outros conceitos. Um destes é o de “totalidade”, frequentemente ligado ao filósofo marxista húngaro Gyorgy Lukács. Este conceito, que interpreta o processo de determinação do ser social determinando a consciência, mas não necessariamente dentro do esquema base-superestrutura, deve, segundo Williams, ser combinado a uma forte noção de “intenção” a fim de não esvaziar a “totalidade” de seu estofó marxista ao considerar a sociedade apenas como uma mera relação complexa de práticas sociais vazias de determinações, as quais, entende o autor, são realizadas por uma classe sobre a outra.

Desta maneira, relativizando o esquema base-superestrutura das cores rígidas que ganhou nas palavras de marxistas menos sofisticados, Raymond Williams irá aceitar o uso da totalidade como um conceito útil quando regido por uma clara noção de intenção

determinante de classe, porém sempre combinado a outro importante conceito: o de hegemonia, no qual – majoritariamente a partir de uma ótica gramsciana – esta seria a própria realidade vivida, onde a classe dominante, ameaça externa ou internamente, “cede terreno” em suas práticas de dominação – material e/ou ideológica – para, em seguida, legitimar e reafirmar seu poder de forma mais contundente.

Segundo o autor, é nas instituições educacionais que se encontra a principal fonte de disseminação da cultura dominante, aquela que rege a hegemonia e termina por renovar e legitimar os princípios de classe, reformando-a para de sua posição não abdicar. É justamente numa dessas instituições – das mais prestigiosas, diga-se – que a fração Bloomsbury – objeto de estudo do texto de Williams que procederemos à análise – se consolida, sem o privilégio da mera coincidência.

Expostos os mecanismos, conceitos e instrumental teórico através dos quais Raymond Williams opera, cabe ainda uma última palavra sobre a recepção da obra do autor no Brasil: o seu método de analisar objetos locais, quase familiares ao autor – sem grandes voos sobre extensões mais amplas da cultura de outros países que não a Inglaterra e outros continentes que não a Europa – por fim se mostra mais universal do que pode parecer num primeiro momento, ao menos no mundo capitalista. Se não como estudo capaz de correspondência direta com a cultura nacional, ao menos como método de escolha de uma tradição seletiva para, por fim, desvelar um quadro mais amplo da cultura na sociedade de classes, inclusive brasileira.

Na introdução à obra “Para Ler Raymond Williams”, de Maria Elisa Cevalco, Sérgio Miceli destaca a fortuna crítica relativamente pequena de Williams em terras brasileiras quando comparada com outros autores britânicos de sua geração, como Eric Hobsbawm e Perry Anderson, apontando como possível motivo o fato dos dois últimos autores trabalharem constantemente com comparações amplas dentro do espectro histórico e historiográfico, enquanto Williams tenderia a mobilizar em seus escritos materiais de uma tradição mais restrita, a história social e cultural inglesa, dificultando assim a assimilação de seu pensamento por culturas não-europeias ou que não de língua inglesa³. O próprio Williams,

³ A obra de Cevalco, fruto de tese de livre docência e publicada em 2001, parece, ao mesmo tempo, sinalizar a mudança da recepção de Williams no pensamento crítico, especialmente marxista, brasileiro a partir do início dos anos 2000. Orientando de doutorado de Cevalco, André Glaser defendeu na FFLCH-USP em 2008 tese

entretanto, na obra *The Long Revolution*, destaca a importância e as possibilidades de análise sobre e a partir de um recorte mais restrito – como aquele que realiza sobre a literatura inglesa – sem, entretanto, perder a perspectiva do todo.

It is very important to try to understand the operation of a selective tradition. To some extent, the selection begins within the period itself; from the whole body of activities, certain things are selected for value and emphasis. In general **this selection will reflect the organization of the period as a whole**, though this does not mean that the values and emphases will later be confirmed (WILLIAMS, 1965, p. 67, grifo nosso).

Uma análise a partir da operação sobre uma tradição específica, um recorte bem delimitado e sem comparações de amplitude global, é exatamente aquilo que Williams irá nos proporcionar em seu trabalho sobre a fração Bloomsbury, onde, versando sobre um grupo delimitado de intelectuais, procura uma compreensão mais ampla da sociedade inglesa e, em sentido mais amplo se assim quisermos – da luta de classes nas sociedades capitalistas ocidentais a partir de uma abordagem onde a superestrutura é analisada sob a luz do conceito gramsciano de hegemonia.

Se o método marxista, como tomado pela *New Left* britânica e por Williams em específico, pressupõe a dialética entre base e superestrutura, o autor irá também estabelecer uma relação dialética entre o círculo de Bloomsbury e a sociedade inglesa do primeiro quartel do século XX: se a sociedade de classes estabelece as condições para a aglutinação e reconhecimento como iguais entre os membros de Bloomsbury, o grupo passa a conceber uma cultura que reforma a classe à qual pertence de maneira a renová-la e legitimá-la no poder, mesmo com as devidas concessões. É nessa chave que Raymond Williams identificará na “fração Bloomsbury” um segmento social digno de nota e análise, um grupo de notáveis intelectuais das mais diversas áreas que, na pena e na lupa do autor, serão colocados em evidência em suas relações, convergências e antagonismos de classe.

sobre o Materialismo Cultural em Williams, inclusive apontando as proficuas possibilidades de assimilação de seu corpo teórico ao instrumental analítico dos estudos culturais brasileiros.

2. Apresentação do texto: “A Fração Bloomsbury”, de Raymond Williams

O texto que a seguir iremos apresentar e analisar não é fruto de uma investigação por mero interesse particular do autor ou desprovida de uma demanda específica, mas sim encontra contexto em seminário dedicado à vida e obra do economista John Maynard Keynes. Realizado na Universidade de Kent, cidade de Canterbury, no ano de 1978, este seminário contava com duas seções, dentro das quais duas apresentações foram feitas sobre diferentes aspectos da obra de Keynes ou o contexto universitário e social que o cercava.

Transformadas em livro no ano de 1980, o próprio título dado à obra colocava em evidência um aspecto curioso do seminário: das quatro palestras, uma, a de abertura, versava sobre as correntes intelectuais de Cambridge no início dos anos 1900; outra, a de conclusão, procedia às memórias e reflexões do economista que dava nome às atividades; as outras duas, a segunda e a terceira palestras, procuravam contextualizar Keynes no grupo Bloomsbury, círculo de amigos e intelectuais próximos a Keynes que incluía, entre outras, a escritora Virgínia Woolf, seu marido, o político Leonard Woolf, e os pintores Roger Fry e Vanessa Bell. Com metade das palestras versando sobre o grupo Bloomsbury, ficava evidente a importância deste círculo na cultura burguesa inglesa de inícios do século XX.

Na segunda palestra, a primeira a tocar direta e intencionalmente em Bloomsbury, o professor de História da Arte Richard Shone destaca já no início do discurso – do qual tomamos aqui conhecimento através da versão impressa – traça rápido perfil de seus membros mais proeminentes e da informalidade que teria sido um traço importante de suas relações – pois, segundo dirá Leonard Woolf nas notas que Williams reproduz em seu texto, eles eram primeiramente um grupo de amigos, sem um programa ou manifesto definido – terminando por ligar o grupo à figura de Keynes, o qual também teria sido contagiado por esse ambiente informal dentro do grupo.

It is the informality, this relaxation of respect which color's Bloomsbury attitude to the world, their particular angle of vision. It suffuses much of the writing and

painting produced and I feel can be traced in Keynes's thinking (SHONE, 1980, p. 23).

De fato, tal traço de informalidade por ser notado no texto de Williams, quando o autor reproduz fala de Leonard Woolf retratando o quão não usual era, naqueles tempos, membros da classe média-alta burguesa se tratarem pelo primeiro nome. Todavia, diferente do colega que lhe antecede na segunda palestra, ou segundo texto do livro, o estudo de Raymond Williams não apenas não toma Maynard Keynes como a figura com a qual era necessário conectar o grupo, mas também toma outro caminho analítico. Sem desprezar a cultura ali produzida e debatida – para colocarmos em uma palavra a produção tão diversa do grupo – o crítico literário e cultural marxista passa a analisar Bloomsbury a partir da contestação da afirmação categórica de Woolf quanto a serem um grupo ligado fundamentalmente por laços de amizade, procurando demonstrar como os laços familiares e de classe os colocam em posição de desenvolver tal relação de amizade, sendo esta determinada antes de um determinante. Isto, é claro, não faz com que Williams considere a determinação da base, das relações materiais sobre a consciência, como único viés interpretativo, mas – a partir da operacionalização de conceitos como totalidade intencionada e hegemonia – afirmando a legitimação da dominação de classe (a classe à qual pertence Bloomsbury) a partir da cultura ali produzida.

A análise que aqui fazemos se dá sobre a tradução brasileira baseada na versão publicada em *Culture and Materialism: selected essays*, reunião de ensaios de Raymond Williams publicada em 1980 na Inglaterra. A versão brasileira – da qual nos valem – foi vertida ao português por Rubens de Oliveira Martins e Marta Cavalcante de Barros, com formações acadêmicas em sociologia e teoria literária, respectivamente. Esta versão, a primeira tradução oficial do texto no Brasil, foi publicada na sexta edição de *Plural: revista de sociologia da USP*, no ano de 1999. A revista, de destacado caráter interdisciplinar, é publicada desde 1994, coordenada e editada pelos pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da FFLCH-USP, que fundado em 1971 é herdeiro da missão francesa de 1934 - da qual fizeram parte: Fernand Braudel, Roger Bastide, Lévi-Strauss,

Pierre Monbeig entre outros - que auxiliou na fundação e estruturação da Universidade de São Paulo.



The Memoir Club - Vanessa Bell, 1943

A título de informação, o texto pode ser encontrado no Brasil – com nova tradução, do literato André Glaser – na obra *Cultura e Materialismo*, editada pela Editora Unesp em 2011, evidenciando, com tal lapso de tempo, a ainda limitada recepção de Williams no Brasil.

3. Tema e problemas colocados pelo texto

Em linhas gerais, o tema do texto de Raymond Williams é o significado do Bloomsbury como um grupo social e cultural, assim como anuncia o título em sua primeira publicação de 1880, “*The Significance of ‘Bloomsbury’ as a Social and Cultural Group*”. Não é interesse do autor investigar a inteligência ou o grau de educação dos membros do

grupo, mas sim – através de uma análise cultural e social – examinar o seu significado ao mesmo tempo que traz à tona importantes questões sobre a sociedade na qual ele estava inserido e estabelecia relações.

Justificativa

O grupo, o movimento, o círculo, a tendência parecem ou muito marginais ou muito pequenos ou muito efêmeros para exigir uma análise histórica ou social. Entretanto, sua importância como um fato social e cultural geral, principalmente nos últimos dois séculos, é grande: naquilo que eles realizaram, e no que seus modos de realização podem nos dizer sobre as sociedades com as quais eles estabelecem relações, de certo modo, indefinidas, ambíguas (WILLIAMS, 1999, p. 140).

O verdadeiro ponto é ver a importância do grupo cultural para além da simples apresentação empírica e da autodefinição como um ‘grupo de amigos’. É perguntar o que o grupo era, social e culturalmente, como uma questão distinta (embora relacionada a ela) das realizações dos indivíduos e seus próprios relacionamentos imediatamente percebidos. É exatamente porque tantos grupos culturais modernos importantes são formados e se desenvolvem desta forma que precisamos levantar, mesmo contra as dúvidas que surgem acerca do Bloomsbury, certas difíceis questões teóricas (WILLIAMS, 1999, p. 144).

A Escola dos Annales fortalece os novos interesses em grupos sociais, grupos profissionais, os gêneros na abordagem histórica, utilizando como fontes tanto o conjunto de documentos do cotidiano quanto os comportamentos coletivos, para auxiliar na compreensão da sociedade. Ainda que as Histórias das Mentalidades, no Século XX, tenham conduzido os estudos a uma abordagem das massas; sem levar em consideração as individualidades, o reconhecimento do coletivo, dos grupos e dos indivíduos tidos como comuns; elas foram importantes conquistas, legitimando o recorte específico de uma fração de classe ou segmento social como relevante para a análise do quadro como um todo e como dotada de valor intrínseco. Dirá Marc Bloch, em “Apologia da História”:

[...] face à imensa e confusa realidade, o historiador é necessariamente levado a nela recortar o ponto de aplicação particular de suas ferramentas; em consequência, a nela fazer uma escolha que, muito claramente, não é a mesma que a do biólogo, por exemplo; que e será propriamente uma escolha de historiador. Este é um autêntico problema de ação (BLOCH, 2001, p. 52).

Destacando a particularidade do historiador em sua análise, na definição de seu objeto de estudo numa escala apropriada, útil ao seus objetivos, a partir das ferramentas que dispõe, Bloch sugere justamente o procedimento que Williams irá adotar na análise do Bloomsbury, bem como ao passar em rápida vista o círculo de Godwin e os Pré-Rafaelitas.

Em primeira análise os grupos culturais poderiam parecer objetos de estudo frívolos e não dignos de investigação, mas o autor apresenta justificativas para a sua escolha: segundo Raymond Williams, outros grupos modernos foram formados e se desenvolveram da mesma forma que o Bloomsbury e esses grupos contribuíram para a atualização ou transformação da cultura moderna, sendo fundamentais para o entendimento da história da cultura. O autor também demonstra estar apresentando novidades com relação a estudos anteriores, já que pretende realizar uma exposição analítica e comparativa, não apenas histórica. Para Williams (2005) a transformação da cultura hegemônica é essencial numa sociedade moderna que quer permanecer dominante. Para tal, ela poderá renovar, recriar e defender seus sistemas e/ou incorporar, rejeitar e ressignificar modos alternativos ou opostos.

Problemas e perguntas centrais

A pergunta central do texto é sobre a formação do grupo em questão num contexto social definido e em uma história mais ampla que inclui questões de classe e educação. Para respondê-la, Raymond Williams percorre uma série de caminhos. Ele problematiza o fator da amizade como única causa para a formação do grupo, rebatendo a explicação apresentada por Leonard Woolf. Ele pretende ir além daquilo que havia sido estabelecido, de que se tratava de um “grupo de amigos de Cambridge”. O autor demonstra a necessidade de ampliar o olhar na busca do que estaria implícito, velado, no interior do “lugar comum”. A amizade pode ser a

causa para a formação do grupo, mas ela também pode – e para Williams deve – ser vista como consequência de outros fatores. Por que seus membros se tornaram amigos? Qual a relação que se estabelece entre a amizade e as ideias que eles compartilhavam?

Parte importante do trabalho também é entender como os integrantes do grupo se percebem, como gostariam de ser percebidos e como de fato são compreendidos, comparando os diferentes pontos de vista. Segundo Williams “[...] as raízes sociais e culturais desta forma particular de percepção – o ‘grupo’ e o ‘mundo exterior’ – devem, por sua vez, ser investigadas em relação à sua precisa formação e posição social” (1999, p. 142). Nesse sentido, Raymond Williams se encontra em sintonia com Karl Marx em sua citação – de “Para a crítica da economia política” – já muito conhecida e utilizada: “Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência” (MARX, 1982, p. 25-26).

Há um esforço de desvendar as relações inesperadas, “fora da ordem” e até mesmo confusas que o grupo estabelece com a sociedade, por quais motivos eles se desviaram do caminho esperado, negando as expectativas a eles impostas a partir do interior de sua própria classe. Também cabe uma menção à micro-história, que na redução da escala de observação – que também contribuiu para a análise de grupos – pode perceber que as ações sociais são o resultado de negociações, manipulações e escolhas diante da realidade, sendo possível desobedecer às normas. Os caminhos não estavam predeterminados pela estrutura, existindo espaço para as vontades e desejos. “A vida é o tempo inteiro negociação”.

Temos então que considerar que a existência, no interior de uma cultura dominante e efetiva, de formas de vida social e cultural alternativa e de oposição está submetida à variação histórica, e suas origens são muito significativas como um fato da própria cultura dominante (WILLIAMS, 2005, p. 218).

Com a fração Bloomsbury, Williams coloca em prática sua crítica à tradição Marxista vulgar demonstrando que experiência e consciência não estão pré-determinadas. As relações

sociais permitem as contradições e os antagonismos. Não é possível excluir os dados da intenção social. Ele admite a existência de formas sociais excepcionais e singulares, podendo ou não ser toleradas pela cultura dominante, e as divide em dois tipos de abordagem: a alternativa que estaria relacionada a soluções individuais, que busca um modo de vida diferente dentro da cultura dominante; e a abordagem de oposição, que estaria presente em pequenos grupos e cujo objetivo seria a mudança da sociedade (WILLIAMS, 2005).

Quando se trata do Bloomsbury as conquistas individuais de seus integrantes mais notáveis e a liberdade nas relações afetivas e sexuais entre seus membros são questões amplamente abordadas, todavia para o autor o significado social e cultural do grupo é mais do que a soma das realizações de seus indivíduos e dos relacionamentos que estes estabeleceram entre si. Williams defende a importância de se consolidar conexões entre os comportamentos do grupo, aquilo que permitiu a sua formação, o contexto social e classista no qual estão colocados e os impactos experimentados pela sociedade a partir da produção advinda do grupo.

Abordagem

Como já mencionado, Raymond Williams pretende desenvolver a sua análise de forma comparativa num contexto mais amplo. Além dos conteúdos das obras produzidas pelo grupo, o autor amplia o foco para as condições sociais de produção dessas obras (culturais, artísticas, intelectuais ou simbólicas), interessado não só nas práticas sociais, mas também no perfil sociológico de seus produtores e em sua origem de classe (elemento determinado e determinante). A maior parte das citações feitas pelo autor ao longo do texto foram extraídas da autobiografia de Leonard Woolf, em especial os dois volumes que cobrem os períodos de 1880 a 1904 - anterior à formação do grupo - e de 1911 a 1918. Se com a micro-história de Ginzburg vimos um resgate da biografia como produto do trabalho do historiador focado no “indivíduo comum”, aqui Raymond a utiliza como fonte de pesquisa. Para cumprir a proposta de comparação ele apresenta brevemente dois outros grupos ingleses: o círculo de Godwin e a irmandade Pré-Rafaelita, de maneira a deles extrair algumas propostas de procedimento metodológico, como veremos mais à frente.

Dificuldades

As dificuldades apresentadas pelo autor para a realização do trabalho são: a impossibilidade da realização de análises estatísticas, por conta do número reduzido de membros participantes do grupo; a questão de que as investigações existentes dificilmente são construídas através de bases analíticas e comparativas, sendo em sua maioria históricas e também o fato dos princípios do Bloomsbury não estarem codificados ou expressos de forma objetiva, como num manifesto, por exemplo. Apesar de que neste último ponto, segundo o autor, a existência de um documento de tal qualidade não representa necessariamente uma vantagem na realização da pesquisa, pois poderia levar a uma simplificação que acabaria por prejudicar a análise. Em sua conclusão, Williams constará que um programa sistematizado sequer será algo aventado pelo grupo, uma vez que isto terminaria por contradizer sua própria essência.

4. Objetivo do texto

Ficou estabelecido então que Raymond Williams desenvolve uma análise do grupo – levando em consideração a história da comunidade, sua formação educacional, as experiências sociais e intelectuais, as atitudes, a visão de mundo, a ideologia e a posição na estrutura social – e com isso vai ao encontro de duas questões fundamentais (PONTES, 1997). A primeira é de desvendar as ideias, atitudes e valores que asseguravam a amizade do grupo, não só as manifestas, mas em especial as latentes, que facilmente poderiam ser tomadas como senso comum, sendo desconsideradas. A segunda questão está em desvendar no que a amizade de seus membros fornece indícios de condições sociais mais amplas.

Assim está claro que nenhuma análise que negligencie os elementos de amizade e relacionamento, através dos quais o grupo se reconhece e se autodefine, poderia ser adequada (WILLIAMS, 1999, p. 144).

O que precisa então ser finalmente discutido é o caráter da contribuição cultural, intelectual e artística do Bloomsbury dentro do contexto de sua formação sociológica específica e sua significação histórica (WILLIAMS, 1999, p. 160).

Seu objetivo então é expor a significação histórica do grupo ao abrir o debate para a sua contribuição cultural, intelectual, artística e social dentro do contexto sociológico em que estavam inseridos. Com a sua análise de grupos de intelectuais e artistas, Williams demonstra que um estudo centrado apenas nas produções dos indivíduos e nas relações e debates estabelecidos entre essas obras seria insuficiente. O autor expõe a importância de se restabelecer e retomar o contexto social mais amplo, não só aquele da formação do grupo e da geração de seus resultados, mas também aquele anterior que tornou viável a união de seus membros. Cabe o reconhecimento, mais uma vez, aos pesquisadores dos Annales pela compreensão da sociedade de uma forma mais abrangente.

5. Estrutura e articulação dos argumentos principais

Após um texto introdutório, Raymond Williams estrutura a sua fala nos seguintes tópicos: a formação de Bloomsbury, Godwin e seu círculo, A irmandade Pré-Rafaelita, A fração Bloomsbury e A contribuição de Bloomsbury. Antes de tratarmos da estrutura e articulação dos argumentos apresentados acreditamos ser relevante um breve comentário sobre o título recebido pelo texto em suas duas traduções brasileiras. Como já havíamos mencionado, na ocasião de sua primeira publicação na Inglaterra, em 1880, o texto recebeu o título de *“The Significance of ‘Bloomsbury’ as a Social and Cultural Group”*, no mesmo ano ele entra na coletânea *“Culture and Materialism”* já sob o título de *“The Bloomsbury Fraction”*. No Brasil, a sua primeira tradução, de 1999, para a Revista Plural, foi intitulada de *“A Fração Bloomsbury”*. Já quando da inclusão do texto na tradução de *“Cultura e Materialismo”*, feita por André Glaser, o mesmo encontra-se sob o título de *“O Círculo de Bloomsbury”*. A diferença é relevante se levarmos em consideração a importância do termo *“fração”* para a definição do grupo construída por Williams, e também ao observar que o termo *“círculo”* foi utilizado na denominação de um outro grupo, *“O círculo de Godwin”*, de

origens e formação diferentes se comparadas àquelas do Bloomsbury, como veremos em mais detalhes adiante.

Na parte introdutória, Williams recebe o leitor e apresenta as principais questões, problemas e objetivos do texto, justifica a escolha do tema e diz qual abordagem será adotada, como exposto nos tópicos 3 e 4 deste seminário. Ele inicia a sua apresentação comentando sobre as dificuldades do trabalho realizado. Ao explicitá-las demonstra a importância do seu estudo e o seu caráter de originalidade. Raymond Williams não se detém numa explicação detalhada do grupo, informando quem fazia parte e quando começaram a se reunir, o que é compreensível se imaginarmos que os interlocutores do “*Keynes Seminar*” muito provavelmente já partiam de um conhecimento prévio a respeito do assunto.

Os temas e problemas apresentados no texto introdutório serão todos retomados pelo autor ao longo do desenvolvimento de seu raciocínio. São eles: as dificuldades para a realização do trabalho; o que faz do Bloomsbury um grupo digno de tal investigação; como ele pretende realizar tal análise; quais fatores contribuíram para a formação, a existência e manutenção do grupo; as relações estabelecidas entre o grupo e a conjuntura da qual faziam parte e qual a importância representada por eles, em especial se tratando de seus efeitos na cultura dominante.

Após a introdução, Raymond vai então desvendar aqueles pontos relacionados à formação de Bloomsbury na busca da essência do grupo.

A formação de Bloomsbury

Nesta seção inicia-se a exploração dos fatores que permitiram a formação do grupo, com uma investigação aprofundada de cada um deles. A apresentação dessa “estrutura de sentimentos” vai concluir que o que unia verdadeiramente os membros do Bloomsbury seria a “consciência”. Vamos tratar então de alguns destes pontos apresentados e expor como o autor constrói a sua argumentação.

Antes de iniciarmos, no entanto, podemos listar aqueles princípios que fariam parte da formação do grupo de amigos excêntricos de Cambridge: a afeição pessoal; o prazer estético;

as influências de G.E. Moore⁴; a ênfase na franqueza e clareza e a hostilidade ao imperialismo e ao militarismo. Aquilo que unia os membros do Bloomsbury era fomento para sua autoestima que fazia com que eles se sentissem diferentes dos demais.

Na sua “História da Sexualidade” Foucault⁵ trata do prazer que existe em subverter e desobedecer às regras, fugindo do “poder dominante”, prazer que ajuda a construir uma outra forma de poder, sustentado pela exibição, escandalização ou resistência (FOUCAULT, 1999). É interessante lembrar que as reuniões do grupo se iniciam após o falecimento do pai dos irmãos Stephen (Vanessa, Virginia, Thoby e Adrian), deixando-os órfãos (TATE MODERN, 2020), trata-se então de uma casa de irmãos, sem a autoridade controladora e dominadora dos pais.

Leonard Woolf coloca as raízes do grupo na Universidade de Cambridge, como se este fosse simplesmente um local banal, onde o encontro dos futuros membros do Bloomsbury não fosse mais do que mero acaso ou um agrupamento fortuito de jovens oriundos de famílias que já mantinham certos laços. Raymond Williams refuta veementemente esse pensamento: para ele Cambridge trata-se de uma “instituição social e cultural altamente específica”. A passagem do autor sobre a universidade em “O Campo e a Cidade” - a qual já fizemos referência anteriormente - ajuda a compreender a sua visão a respeito da universidade:

Para a minha família, a universidade era algo de estrangeiro, fosse Cambridge ou Bolonha [...] Muito depois, quando voltei na condição de membro do conselho de uma faculdade, constatei que, em virtude (ou na ausência) de um cargo intelectual, eu me tornara de certo modo, e contra a minha vontade, integrante de uma espécie de senhorio coletivo e perpétuo; e pediram-me delicadamente que passasse a frequentar os almoços dos arrendatários, para os quais nunca tive estômago (WILLIAMS, 2011, p. 19).

⁴ George Edward Moore foi considerado pelos membros do grupo como uma espécie de mentor, ele foi um admirador do keynesianismo e suas obras alimentaram os debates do Bloomsbury.

⁵ Em 1976 Michel Foucault publica o primeiro volume da “História da Sexualidade – a vontade de saber” e em 1984 os dois seguintes.

Através de Williams entendemos Cambridge como um espaço das elites que mantém e reforça as diferenças sociais da sociedade, destacamos a passagem na qual ele evidencia que a universidade não parecia acessível para a sua família – de origens operárias. Para Raymond o ensino superior pode ter representado uma possibilidade de “ascensão social”, ou ainda a chance de construção de novas experiências, diferentes daquelas do círculo social da sua família. A instituição reforça os privilégios e benesses de uma classe⁶, atuando na propagação da cultura dominante, como visto em “Base e superestrutura na teoria cultural marxista” (WILLIAMS, 2005).

Raymond Williams utiliza duas publicações, do conjunto de seis, que compõe o trabalho autobiográfico de Leonard Woolf – aquelas publicadas em 1960 e 1964 – para compreensão de como os membros do grupo se percebiam. Numa das citações escolhidas por Williams, Woolf comenta ter encontrado “um círculo muito mais íntimo” graças aos ideias de intimidade e liberdade, estes por sua vez permitiram o desenvolvimento de um pensamentopositor contra as instituições dominantes e as crenças das gerações anteriores, apesar de admitir que seu grupo – Bloomsbury - não seria o precursor desse movimento, e que na verdade tratava-se de uma derivação das ideias de Henrik Ibsen (1828-1906), dramaturgo norueguês, pai do teatro moderno, que atacou as hipocrisias do século XIX.

O autor destaca que essa “franqueza insensível como o tom intelectual dominante” não teria aparecido com o Bloomsbury, mas já estaria visível no trabalho de George Bernard Shaw – dramaturgo, contista e ensaísta irlandês, responsável por discursos socialistas – e da formação da Sociedade Fabiana⁷. Nessa busca pela verdade - a razão - acompanhada pelo belo - a estética - é interessante ressaltar que a verdade estaria construída pela sinceridade, pela honestidade e pela demonstração daquilo que poderia ficar oculto ou encoberto, há um esforço pela demonstração dos “sentimentos reais”, quase numa busca psicanalítica⁸, “o que você realmente quer dizer com isso?”.

⁶ Concerne, mais uma vez, a lembrança de que em 1975 Michel Foucault havia publicado “Vigiar e Punir”, que trata dos mecanismos de controle e punição em prisões, mas que também poderiam ser encontrados justamente em instituições de ensino e hospitais.

⁷ A sociedade Fabiana está relacionada ao fabianismo, um movimento político-social britânico nascido no fim do século XIX. Esta associação foi fundada em Londres em 1884, e propunha, como finalidade institucional, o desenvolvimento da classe operária para torná-la apta a assumir o controle dos meios de produção.

⁸ É relevante comentar que a “Hogarth Press” fundada por Virginia e Leonard Woolf publicou traduções para o inglês de Sigmund Freud em 1956 e 1974, e de Jacques Lacan em 1977.

Quanto às questões sexuais entendemos que a “tolerância significativa” a qual Raymond se refere seria o rompimento com as normas sociais da sociedade vitoriana, que também deveria ajudar no sentimento de diferenciação do grupo com relação aos seus pares, ao qual nos referimos anteriormente. Para Foucault (1999) o sexo sempre esteve presente nas sociedades modernas, a questão é que foi concebido como um “segredo”. É possível que, o que o grupo Bloomsbury tenha realizado foi retirar o sexo da esfera do segredo – ou ao menos estabelecer outros tipos de relações com ele - como podemos constatar na passagem em que Leonard Woolf comenta sobre a possibilidade de discutir sobre sexo abertamente com Vanessa, Virginia, Pippa e Marjorie:

Ter discutido alguns assuntos ou ter falado abertamente sobre sexo na presença da Sra. Strachey ou da Sra. Stephen seria inimaginável sete anos antes; aqui, pela primeira vez, eu encontrei um círculo muito mais íntimo (e mais amplo) no qual a liberdade completa de pensamento e de expressão foi prolongada para Vanessa e Virginia, Pippa e Marjorie” (WOOLF, 1964, p. 34-5 apud WILLIAMS, 1999, p. 146)

O ponto final deste tópico é alcançar e confirmar a hipótese de “consciência social” do grupo. Os registros do envolvimento político e social de seus membros em questões de gênero, anti-imperialistas e trabalhistas, numa demonstração de preocupação com as classes inferiores, “vistas como vítimas”, serão a prova de que o grupo é mais do que uma reunião de “estetas retirados e apartados da realidade social da época”. A consciência social os diferencia daqueles que participando da mesma classe ocupariam as posições dirigentes, mas aos quais restaria a ignorância.

A consciência de classe seria a forma como as experiências são trabalhadas a partir dos valores do indivíduo, juntamente com Thompson e o nova esquerda, Raymond Williams legitima as participações do sujeito nesse processo. Se a experiência dos membros do Bloomsbury como integrantes de uma classe dominante estava determinada, a sua

consciência não⁹. Essa análise é fundamental para a compreensão do termo “fração”, pois é então na consciência que Bloomsbury se destaca dos seus, rompendo com a cultura dominante e se relacionando com uma classe inferior

[...] não em solidariedade, não em afiliação, mas como uma extensão do que é ainda sentido como obrigação pessoal ou do pequeno grupo, mais uma vez contra a crueldade e estupidez do sistema e a favor de suas vítimas desesperançadas (WILLIAMS, 1999, p. 149-150).

O autor se preocupa em diferenciar o tipo de consciência que aparece em Bloomsbury daquela “consciência social” que pode ser vista numa classe subalterna auto-organizada, como no caso do círculo de Godwin. Apesar da defesa dos menos favorecidos não é possível falar em irmandade ou reciprocidade entre a fração da classe dominante e os trabalhadores. Raymond comprova os resultados e a importância das ações do grupo ao citar a “*New Statesman*” e a “*Political Quarterly*”, publicações políticas das quais os membros participaram. Para ele as realizações do grupo teriam, até aquele momento, sido superadas apenas pela Sociedade Fabiana.

No tocante a “hostilidade ao militarismo” é significativo observar que o trabalho de Maynard Keynes como negociador durante a Primeira Guerra Mundial, ocasionou um distanciamento das suas relações com os membros do grupo Bloomsbury, em virtude dos ideias pacifistas que eles defendiam, o que não impediu no entanto que Duncan Grant, os irmãos Strachey e David Garnett utilizassem a influência de Keynes para serem liberados do serviço militar (TATE MODERN, 2020). A conjuntura ilustra bem como eles eram capazes de utilizar os mecanismos da própria classe para benefício próprio, ao mesmo tempo que defendiam a modernização dos valores culturais.

Raymond conclui confirmando a importância do Bloomsbury e destacando a ambivalência e complexidade do grupo que mesmo fazendo parte da classe dominante, se

⁹ Esse raciocínio sobre a relação não determinante entre consciência e existência social foi trabalhado pelo autor no texto “Base e superestrutura na teoria cultural marxista”.

posicionou de forma a defender uma renovação cultural e política. Como discutimos no último encontro, o autor demonstra que a cultura não precisa necessariamente ser um simples reflexo da esfera econômica, a sua produção, desenvolvimento e transformação são muito mais complexas. Depois desse tópico o autor entra nos “Estudos de Caso” ou nas breves apresentações de dois outros grupos ingleses, que sustentam o caráter comparativo da sua análise, são eles: o círculo de Godwin e a irmandade Pré-Rafaelita.

Godwin e seu círculo (1780-1790)

É então que Raymond Williams inicia a sua explanação comparativa, através da apresentação do “círculo de Godwin”. Trata-se de um grupo centrado na figura dos escritores William Godwin e Mary Wollstonecraft com atuação no final do século XVIII. Seus membros eram trabalhadores relativamente pobres, parte de uma pequena burguesia emergente, que se opunham à toda a classe e ao sistema que estava acima deles.

A reação da cultura dominante às propostas de igualdade e de liberdades civis e políticas do grupo teria sido cruel, incluindo: processos, prisões e exílio. A classe dominante não estaria disposta naquele momento, após as ameaças da Revolução Francesa de incorporar novos significados e valores à sua cultura. Apesar de não ter alcançado seus objetivos, o que para alguns poderia ser considerado como uma falha, Raymond defende que o círculo de Godwin deve receber mais destaque do que até então recebiam “pela notabilidade de suas aspirações ao lado da moralidade inerente de suas ilusões” (WILLIAMS, 1999, p. 152).

Na apresentação desse primeiro grupo, Williams já busca comprovar a sua hipótese de que não podemos descrever os grupos culturais apenas a partir de suas definições internas, “dos valores que eles sustentam, dos significados que eles tentam viver” (1999, p. 153), pois as “relações efetivas do grupo para com o sistema social como um todo” (1999, p. 153) seriam determinantes, são elas que permitem a análise e a compreensão da “falha” do grupo. Se nosso olhar estivesse apenas para as questões internas, Godwin e Bloomsbury seriam grupos muito semelhantes, no entanto sofreram consequências extremamente distintas.

É nessa seção também que o autor faz uma clara distinção entre os termos “círculo” e “fração”, ao mencionar que o círculo de Godwin “não era um fração, uma ruptura da classe superior”. Fração traz o sentido da parte de um todo maior, anuncia uma cisma, uma divisão

de algo que ao ser partido agora se diferencia do restante. A diferença dos termos passa pelo marcador de classe, e pela relação estabelecida entre as ideias defendidas pelo grupo e a classe da qual seus membros fazem parte.

A irmandade Pré-Rafaelita

O segundo grupo é a “Irmandade Pré-Rafaelita”, da metade do século XIX. Formado por artistas que faziam parte de famílias pertencentes a uma burguesia comercial e industrial que estava em ascensão, teríamos novamente uma fração de classe. Segundo Raymond eles se opunham à falta de cultura e de inteligência da época e eram “irreverentes, impacientes e fingiam-se insolentes [...] praticavam uma informalidade fácil e irreverente, uma excepcional tolerância boêmia” (1999, p. 153-154). O objetivo do grupo era eliminar as convenções nas artes e com isso alcançar a verdade artística numa arte pura, para isso defendiam um retorno ao passado, por isso o nome do grupo.

Temos então um grupo autodenominado, que se entendia enquanto grupo cultural e que se revoltaram contra uma classe da qual a maioria de seus membros fazia parte, apresentando então os meios para a atualização da cultura dominante. É um movimento classista, uma revolta contra a classe, mas para a própria classe. Não há na irmandade Pré-Rafaelita a presença de consciência de classe, a luta por igualdade ou por melhores condições de vida e trabalho para membros de classes emergentes, nesse ponto eles se diferenciam tanto do círculo de Godwin quanto da fração Bloomsbury.

Podemos admitir que a sua qualidade enquanto fração da classe dominante e uma “consciência” - determinada por suas experiências de classe - facilitaram a incorporação dos termos defendidos pela irmandade Pré-Rafaelita na cultura dominante. A seguir tabulamos algumas características de cada um dos grupos apontados por Raymond, não no intuito de simplificar a análise e reduzir a compreensão dos grupos apenas aos itens apresentados, mas sim de facilitar a visualização de suas semelhanças e diferenças:

	Classe dos membros do grupo:	Reação da cultura dominante:	Propostas destinadas para:	Presença de consciência de classe:
Godwin (século XVIII)	Classe emergente (trabalhadores e pequena burguesia)	Eliminação	As classes emergentes	sim
Pré-Rafaelitas (século XIX)	Classe dominante (burguesia comercial e industrial)	Incorporação	As classes dominantes	não
Bloomsbury (século XX)	Classe dominante (aristocracia intelectual)	Incorporação	As classes emergentes (e dominantes)	sim

A fração Bloomsbury

O autor, após estabelecer os Pre-Rafaelitas e o Círculo de Godwin como grupos passíveis de análise – uma tradição seletiva – enfatiza ainda uma diferença essencial em relação ao Bloomsbury: este último ainda exerce significativa influência contemporânea, sendo presença mais próxima do que os dois grupos citados anteriormente. Lembremos: o texto data de 1980, porém, com esta data de referência, ainda podemos afirmar uma influência maior dos membros do Bloomsbury – como por exemplo o fluxo de consciência estabelecido na literatura de V. Woolf ou as propostas econômicas do keynesianismo – do que aquela que porventura possa ser relevante advinda da fonte dos Pré-Rafaelitas ou mesmo do Círculo de Godwin.

Em seu texto “Base e Superestrutura na Teoria Cultural Marxista” (2005), Williams destaca as instituições educacionais como um canal privilegiado de transmissão da cultura dominante, um meio essencial para a reprodução de classe e consolidação da hegemonia da elite. E é justamente dentro dessa estrutura que o autor situa o Bloomsbury, enfatizando a importância da reforma social, cultural e, especialmente, educacional universitária inglesa em meados do século XIX e como o conjunto de profissionais da classe superior inglesa

formados nesse contexto irá diferir grandemente dos valores “da velha aristocracia e da burguesia comercial” (WILLIAMS, 1999, p. 155).

Note-se: um novo conjunto de profissionais altamente educados surgia e se consolidava após duas ou três gerações, entretanto, a classe permanece a mesma, a alta classe da sociedade inglesa. Esta classe possuía fortes vínculos entre suas famílias, se retroalimentando de uma cultura própria a classe à qual pertenciam. Williams irá apresentar esses traços através dos relatos de Leonard Woolf, um homem que se considerava um “outsider”, por ter “forçado sua entrada” na classe superior “a partir do extrato de comerciantes judeus” (WOOLF, 1964, p. 74 apud WILLIAMS, 1999, p. 156), sendo digno de atenção seu relato pela capacidade de observar – como que de fora – os costumes e os laços que envolviam aquela classe. Tais características são notadas também por outros estudiosos, especialmente aqueles que versaram sobre a obra de Virginia Woolf, casada com Leonard Woolf. Otto Maria Carpeaux, crítico literário vienense radicado no Brasil, irá dizer:

Virginia Woolf, filha de Leslie Stephen, parente das famílias Thackeray, Darwin, Trevelyan, Macaulay, Strachey, amiga de E. M. Forster, era uma aristocrata do intelectualismo; a sua obra acompanha com melancolia poética a destruição dos valores que lhe foram tão caros (CARPEAUX, 2012, p. 175).

Na introdução da edição de *Mrs. Dalloway*, impressa pela Collins Classics, o “*Bloomsbury Set*” irá aparecer como de fundamental importância na formação e produção da escritora.

Virginia Woolf came from a background of intellectualism, however, this was largely cemented by her family’s relocation from Kensington to Bloomsbury, where she became part of an intellectual elite known as the Bloomsbury Set. Together, **they were all goldfish in the same bowl**, looking out at the world around them with a similar artistic palette (COLLINS, 2013, p. VIII-IX, grifo nosso).

Raymond Williams irá citar uma expressão de Leonard Woolf semelhante a qual grifamos acima: “Eles viviam em uma atmosfera particular de influências, maneiras, respeitabilidade, e era tão natural para eles que não percebiam isso assim como os mamíferos não percebem o ar e os peixes não percebe a água que vivem” (WOOLF, 1964, p. 75 apud WILLIAMS, 1999, p. 156).

É justamente nesse processo de identificação dos costumes e valores de uma classe, que reside parte fundamental da análise de Williams. São nessas observações que ele nota o estabelecimento de uma cultura que certamente não se dá ali ao acaso, mas a partir de condições materiais (a base) ao mesmo tempo que essa cultura é responsável pela caracterização, formação e legitimação dessas mesmas condições materiais consolidadas em uma classe social de elite (superestrutura).

Contudo, poderia ser questionado: qual o rompimento intra-classe existente a partir da reforma social, cultural e educacional universitária inglesa se ainda são as classes altas aquelas a deter o poder dominante? A questão, em realidade, é justamente a ausência de rompimento classista. A nova geração de profissionais advindos das classes abastadas não significa uma mudança de mãos do bastão do poder ou da detenção dos principais meios de produção e aspectos econômicos e sociais, mas sim a consolidação de uma nova geração pertencente à mesma classe, onde certos valores são transformados – ou mesmo destruídos – e outros são mantidos, justamente como caracteres específicos desta classe, possibilitando que Williams utilize a expressão “aristocracia intelectual”, ou seja, um grupo de pessoas que recebe como “herança” não apenas o poder econômico, mas também os elementos culturais que o legitimam. Essa mudança geracional reforma a classe por dentro e, mesmo encontrando barreiras entre seus pares, a modifica com a intenção, deliberada ou não, de reafirmá-la novamente, ainda que concessões sejam necessárias à manutenção do *status quo*.

Dentre os traços permanentes dessa aristocracia intelectual, herança constante das gerações anteriores, o autor chama a atenção à assimetria sexual entre membros do Bloomsbury, onde, das 13 pessoas mencionadas por Leonard Woolf, apenas três eram mulheres. Em contrapartida, o próprio Bloomsbury, segundo Williams, teria sido um local fecundo no que tange a “equalização e tolerância sexual” frente às artes e de “informalidades públicas ou semi públicas”, fazendo-se relevante nesse campo dentro da classe dirigente

inglesa. O autor ressalta ainda o caráter de mudanças mais como um caráter de adaptação do que de uma verdadeira transformação ou de modificações básicas na classe.

A contribuição de Bloomsbury

Após estabelecer o Bloomsbury como um grupo cuja formação é ditada para muito além dos laços de amizade – enfatizando seu caráter classista e o aglutinamento como classe que carrega em si certos valores, rituais e tradições que permitem ao grupo justamente questioná-las e reinventá-las dentro da própria classe – Williams procede a uma investigação de quais teriam sido as contribuições que o grupo legou no âmbito cultural, intelectual e artístico.

Primeiramente, é necessário colocar a importante observação de Williams quanto ao caráter do grupo como uma fração por associação. Ou seja, não possuem um programa, um manifesto ou um sistema em comum, o que resultava em produções que não remetiam ao grupo, mas sim aos seus indivíduos, ainda que a atitude de todos em relação ao sistema no qual produziam possa ser indicada como uma base comum, porém genérica. Assim, o grupo nega sua existência formal justamente para, logo em seguida, reafirmar sua condição grupal a partir de um viés civilizatório, onde o indivíduo não estaria atrelado a um sistema ao qual seguir ou se reportar, tão somente livre em sua expressão. Nessa direção, o autor aponta os valores burgueses clássicos que o grupo carrega em si, onde a única direção possível e aceitável para uma sociedade mudada era a pluralização do indivíduo enquanto ser civilizado. Desta maneira, reafirma-se a inexistência de uma vontade de transformação social completa a partir de forças sociais, mas apenas da força civilizadora exercida sobre o indivíduo¹⁰. Até o trabalho de L. Woolf na Liga das Nações ou o desenvolvimento da economia keynesiana vão no sentido dos indivíduos poderem “estar livres para tornarem-se civilizados” (WILLIAMS, 1999, p. 163).

Procedendo já ao final de sua análise, Williams procura desfazer qualquer possível engano quanto a posição que o próprio grupo outorgava a si mesmo ou da posição original em torno da qual definiu a si mesmo. Segundo autor, as atuações tão diversificadas do grupo cobriam todas as áreas de interesses dos indivíduos verdadeiramente civilizados, mas também poderiam levantar o questionamento de qual fio uniria trabalhos tão diversos como o de

¹⁰ Tal referência, em outro contexto e décadas mais tarde, possa ser lembrada nas palavras do thatcherismo inglês, onde não existia sociedade, apenas o indivíduo.

Virginia Woolf na literatura, Maynard Keynes na economia e o trabalho de Lytton Strachey na história e na crítica literária. Mas, em seguida, o próprio Williams dirá que não é preciso perguntar se as impressões gerais de cada trabalho executado por um membro do Bloomsbury é compatível com dos demais, uma vez que todas elas – em suas diferentes expressões e campos de atuação – convergem para sua integração ao nível do indivíduo civilizado, definindo um sistema abstrato de pensamento, não formalizado, no qual a “consciência social, no fim, existe para proteger a consciência privada” (WILLIAMS, 1999, p. 165).

6. Considerações finais

O texto de Raymond Williams, um dos principais consolidadores daquilo que viria a ser conhecido como materialismo cultural, procura identificar em um grupo de intelectuais ingleses com origens no início do século XX uma expressão peculiar de classe, ou, como dirá o autor, uma fração de classe. Esta fração não se aglutina por motivos abstratos, mas sim a partir de uma configuração social típica das classes dirigentes inglesas de seu tempo. Eles orbitam a universidade de Cambridge, na qual Williams irá identificar a reprodução e disseminação de um pensamento hegemônico de reprodução de classe semelhante àquele que ele mesmo havia notado quando de sua estadia na mesma instituição de ensino – podendo até mesmo ser acrescentado que o jovem estudante universitário Raymond Williams ali adentrara numa condição de *outsider*, semelhante a que Leonard Woolf irá relatar de sua própria vivência. O autor, assim, não concederá ao grupo a representação total de sua classe, mas sim a condição de fração, diríamos de vanguarda dentro de sua própria camada, com a intenção de transformá-la para em seguida novamente legitimá-la em sua posição, sem pretensões de transformações sociais amplas, mas sim uma ação sobre indivíduos civilizados.

Atuando ao nível do indivíduo, Bloomsbury preservaria então sua condição de classe, da qual surge e para a qual reforma os próprios costumes e valores, onde suas diversificadas expressões convergiam sempre para o indivíduo civilizado – fosse o fluxo de consciência da obra literária de Virginia Woolf, que é necessariamente feito pela personagem-indivíduo, como maneira civilizada de a partir dali pensar e se relacionar com o mundo, ou as políticas públicas advindas do pensamento de Keynes ou da atuação de L. Woolf que teriam por objetivo reparar

a sociedade de suas mazelas para que indivíduos então civilizados pudessem continuar a reproduzi-la de maneira indefinida e generalizada, inclusive em sua estruturação de classe.

O autor finaliza afirmando que Bloomsbury foi um grupo de “indivíduos livres para indivíduos livres” (WILLIAMS, 1999, p. 167). Uma fração de classe que reforma a própria classe, contra a própria classe, para então, reafirmar a hegemonia desta mesma classe. Mudar para permanecer.

A título de conclusão deste seminário, para além do texto de Williams, gostaríamos de apontar como o brasileiro Antonio Candido faz uma investigação de mesmo tipo sobre grupos artísticos brasileiros – com ou sem programa explícito – no ensaio “A Literatura na Evolução de uma Comunidade” (CANDIDO, 2014). Candido destaca entre esses grupos aquele formado ao redor e na Faculdade de Direito do Largo São Francisco – que aponta como local essencial não apenas para a formação de tais grupos, mas para a formação de literatura produzida em São Paulo para além de meras “expressões literárias” – em meados do século XIX, com características românticas acentuadas, ou o grupo de modernistas paulistas que se consolidará na Semana de Arte Moderna de 1922, ainda que já constituídos enquanto grupo antes de tal evento.

Candido não procede a análises de classe ou sequer considerações quanto a base e superestrutura nos membros desses grupos, majoritariamente formados por membros das elites paulistas, falando, no máximo, em “sociedade estratificada”. Entretanto, observamos que estes grupos são passíveis de investigações aprofundadas dentro dos aspectos da teoria materialista cultural de Williams, bem como o grupo formado por Lúcio Costa no desenvolvimento do projeto para o Ministério da Educação e Saúde no Rio de Janeiro, na década de 1930, dotando este também de características específicas de classe (famílias ligadas à cultura francesa, subsequente contato com Le Corbusier, estudantes da Escola Nacional de Belas Artes etc.). As características, é claro, são diferentes do Bloomsbury, mas a abordagem proposta por Raymond Williams é capaz de desvelar interessantes questões a respeito dos grupos brasileiros, assim como o fez para com o grupo inglês que colocou sob seus holofotes. Quanto aos grupos nacionais, aguardamos ainda tal análise sob tais cores.

Caminhando neste sentido acreditamos ser profícua a oportunidade para destacar o trabalho da antropóloga Heloisa Pontes, que antes mesmo da tradução de “A Fração Bloomsbury” no Brasil, já o utiliza na sua análise para o “Grupo Clima” em São Paulo (1997 e 1998)¹¹. Segundo a autora, o aprendizado recebido através de Williams é de que para pensar a cultura moderna é vital uma “análise comparativa dos grupos de intelectuais, artistas e escritores, que contribuíram para a sua formulação e atualização” (PONTES, 1997, p. 57). Heloisa – no artigo publicado em 1997 na Revista Brasileira de Ciência Sociais – chega a estabelecer semelhanças entre o Bloomsbury e o Grupo Clima, e assim como Williams ela tende a uma postura “externalista” na qual busca construir sua análise não apenas através motivos internos de produção das obras, mas especialmente nas condições sociais de produção.

No que tange às produções contemporâneas - já relacionadas a nossa área de atuação, a Arquitetura e o Urbanismo - podemos citar a coletânea organizada pelo arquiteto e historiador argentino Adrián Gorelik e pela antropóloga brasileira Fernanda Peixoto, publicada em 2016 na Argentina e em 2019 no Brasil pela Edições Sesc São Paulo. “Cidades sul-americanas como arenas culturais” mostra como podemos pensar cultura e cidades a partir de seus grupos em sistemas de ação e reação, numa “ativação mútua” (PEIXOTO; GORELIK, 2019). Assim como as cidades que conhecemos foram transformadas por diversos grupos culturais, os grupos também foram transformados pelos ambientes urbanos.

A coletânea tem um carácter interdisciplinar que pode ser comprovado pelas diversas áreas de seus autores, pelos temas desenvolvidos e seus embasamentos teóricos. Contudo a espinha dorsal do livro está nas teorias do historiador americano Richard Morse, que apresentou uma alternativa à influência dos estudos quantitativos americanos e da Escola de Chicago, trazendo para a observação do espaço urbano os elementos culturais como ferramentas para compreender nossos processos de modernização (BONDUKI, 2019).

Já em 1956, por exemplo, ele destacara a importância decisiva das fontes culturais para a compreensão das cidades da América Latina: as aproximações de artistas, escritores e ensaístas, com a sua capacidade demiúrgica de enumerar, de modelar a

¹¹ Em artigo de 1997 e depois em livro publicado em 1998 intitulado “Destinos Mistos: os críticos do grupo clima em São Paulo 1940-68”.

realidade, pareciam a Morse tanto ou mais esclarecedoras que as pesquisas e as estatísticas; e para indicar a realidade a radicalidade de seu pensamento, sua forma de raciocinar na contracorrente, convém lembrar a centralidade que a sociologia e a planificação ganharam nesses anos [...] relegando a segundo plano outras formas de conhecimento da cidade, como as fornecidas pela tradição ensaística (PEIXOTO; GORELIK, 2019, p. 17).

Na apresentação da edição brasileira Nabil Bonduki destaca a importância desse tipo de abordagem, que relaciona cultura e cidades, para se pensar nos diversos grupos e coletivos contemporâneos que têm interferido diretamente no espaço e que ao mesmo tempo podem ser assimilados como frutos da formação de nossas metrópoles. Grupos estes que trazem consigo a toda a diversidade e exclusão de nossas cidades.

7. Referências

- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício de Historiador*. Zahar: Rio de Janeiro, 2001, página 52.
- BONDUKI, Nabil. Apresentação À edição brasileira. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas (org.). **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. p. 7-14.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura na Evolução de uma Comunidade* in *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. Ouro Sobre Azul: Rio de Janeiro, 2014.
- CARPEAUX, Otto M. *O Modernismo por Carpeaux (História da Literatura Ocidental; v.9)*. Leya: São Paulo, 2012, página 175.
- CEVASCO, Maria E.. *Para Ler Raymond Williams*. Paz e Terra São Paulo, 2001, página 20.
- COLLINS CLASSICS. *Life & Times in WOOLF, Virginia, Mrs. Dalloway*. Harper Clollins: Londres, 2013, página VIII e IX.
- DALAQUA, Renata H. *O Debate no Interior da New Left Britânica: controvérsia entre Perry Anderson e E.P. Thompson*. *História Social*, (16), 216-232. Pode ser acessado em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/241>. Último acesso em 07/05/2020.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- GLASER, André. *Materialismo Cultural*. Tese de doutorado. FFLCHUSP: São Paulo, 2008, página 9.
- HALL, Stuart. *Vida e Época da Primeira New Left*. Tradução de OLIVERA, Lucas A. & RODRIGUES, Weslei E. *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.21.2, 2014, p.214-234.

HOBSBAWM, Eric. *A Influência do Marxismo, 1945-83* in *Como Mudar o Mundo: Marx e o marxismo*. Cia das Letras: São Paulo, 2011, página 326.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; GORELIK, Adrián. Introdução: cultura e perspectivas urbanas. : cultura e perspectivas urbanas. In: GORELIK, Adrián; PEIXOTO, Fernanda Arêas. **Cidades sul-americanas como arenas culturais**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019. p. 15-22.

PONTES, Heloisa. (1997), "Círculo de Intelectuais e Experiência Social". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.12, nº 34, pp. 57-69.

SHONE, Richard. *A General Account of the Bloomsbury Group in Keynes and the Bloomsbury Group: the fourth Keynes seminar held at the University of Kent at Canterbury, 1978*. The Macmillan Press LTD.: Londres, 1980, página 23.

TATE MODERN. Lifestyle and Legacy of the Bloomsbury Group. Disponível em: <https://www.tate.org.uk/art/art-terms/b/bloomsbury/lifestyle-lives-and-legacy-bloomsbury-group>. Acesso em: 14 maio 2020.

WILLIAM, Raymond. *My Cambridge* in HAYMAN, Ronald. *My Cambridge*. Londres: Robson Books, 1977.

WILLIAMS, Raymond. Bases e superestrutura na teoria cultural marxista (New Left, 1973). *Revista USP*, São Paulo, n.65, p. 210-224, março/maio 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i66p209-224>

WILLIAMS, Raymond, "A fração Bloomsbury". *Plural* (Online), São Paulo, v. 6, p. 137-168, dez. 1999. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/plural/article/view/77127/80996>.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a Cidade: na história e na literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (1973), página 19.

WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. Londres: Penguin Books. 1965, página 67.